

As *dalits* na luta contra a desigualdade de gênero por meio da agricultura sustentável na Índia

Dalits in the fight against gender inequality through sustainable agriculture in India

NARA RIANA MEDEIROS DANTAS

Graduanda em Relações Internacionais, Universidade Estadual da Paraíba
E-mail: riananara3@gmail.com

LUZIA DA CRUZ PEREIRA

Graduanda em Relações Internacionais, Universidade Estadual da Paraíba
E-mail: luzia.dacruzpereira@gmail.com

MÔNICA DE LOURDES NEVES SANTANA

Profa. Dra. do curso de Relações Internacionais, Universidade Estadual da Paraíba
E-mail: m@detroz.com

Resumo: O presente artigo traz uma apresentação sobre a situação das mulheres dalits perante o sistema de castas indiano. Especificamente, examina os efeitos positivos das práticas da agricultura sustentável na luta contra a desigualdade de gênero na Índia, bem como analisa a melhoria de vida destas mulheres através destes meios. Nesse sentido, o estudo oferece, no primeiro momento, uma explanação sobre o sistema de castas indiano e sua relação com a casta “intocável”. Segundamente, fornece uma análise pautada no governo indiano, particularmente no que tange à constituição indiana (COI), e sua problemática relação com as dalits. Ainda nesse tópico, o artigo estudará a violência de gênero e casta, causada por problemas estruturais políticos e culturais. Por fim, no terceiro tópico, o estudo esclarece o que é agricultura sustentável e como suas atividades combatem a intolerância de gênero na zona rural indiana.

Palavras-chave: Mulheres dalits. Desigualdade de gênero. Intocáveis. Agricultura sustentável.

Abstract: This article presents the situation of Dalit women in the Indian caste system. Specifically, it examines the positive effects of sustainable agriculture practices in fighting gender inequality in India, as well as analyses the improvement of these women’s lives through these means. In this sense, the study offers, at first, an explanation about the Indian caste system and its relationship with an “untouchable” caste. Second, it offers an analysis based on the Indian government, particularly concerning the Indian Constitution and its problems related to Dalits. Also on this topic, the article will study gender and caste violence, caused by political and cultural problems. Finally, in the third topic, the study clarifies what sustainable agriculture is and how its activities combat gender intolerance in rural Indian areas.

Keywords: Dalit women. Gender inequality. Untouchables. Sustainable Agriculture.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Quais relações existem entre a desigualdade de gênero e a agricultura sustentável? Em quais circunstâncias as mulheres dalits indianas são empoderadas por projetos agroecológicos? Os estereótipos construídos diante das dalits indianas realmente se confirmam? As dalits sofrem violação de seus direitos? Estas são vítimas da violência de casta?

O presente artigo busca responder a esses questionamentos por intermédio da explanação do problemático panorama social indiano, perpetuador de crenças e estereótipos existentes entre as camadas sociais do país. Este sistema intrínseco à cultura indiana acaba por perpetuar práticas discriminatórias e violentas, tendo como principais vítimas as mulheres, especificamente as “Intocáveis”: as mulheres dalits, as quais especificaremos ao longo deste artigo.

O objetivo do artigo é elucidar os avanços conquistados pelas dalits agricultoras, bem como seus efeitos positivos, como resposta à luta contra a desigualdade de casta e gênero na Índia. Em sua metodologia, trata-se de uma revisão bibliográfica dos principais artigos, obras e autores que abordam as dalits indianas. Além disso, enfoca-se numa análise positiva dos logros alcançados pelas dalits através de seu ativismo e com o auxílio de organizações internacionais e nacionais.

Por fim, o artigo irá, dessa forma, concentrar-se nos seguintes tópicos centrais: na parte 1, abordaremos o sistema de castas e o papel das mulheres indianas neste. Na parte 2, os problemas sistêmicos do governo indiano, tanto no âmbito do direito, quanto no âmbito da violência estrutural de casta e gênero. Sem embargo, na parte 3 demonstraremos, com fatos e exemplificação de projetos, como o problema da desigualdade de gênero contra as dalits é combatido através de projetos de agricultura sustentável.

2 SISTEMA DE CASTAS NA ÍNDIA

A Índia é um país rico em cultura e em recursos naturais, com a maior parte da população seguindo a religião Hindu, que, por sua vez, possui um sistema de castas que determina a posição social do indivíduo desde seu nascimento dependendo da família em que nasceu. A influência do hinduísmo e o sistema de castas chegam a ser tão importantes que interferem inclusive na vida econômica de seus devotos. Isso é um dos motivos para que as consequências sejam uma sociedade dividida na Índia, mas que muitos se sentem no dever de respeitar a cultura e a religião por ser um costume de vida há anos inserido na história do povo indiano (FERNANDES, 2021).

O hinduísmo possui um importante livro chamado *Manusmriti*, em que as leis da religião mencionada são abordadas e que separam as divisões de castas por hierarquia, de forma hereditária, estabelecendo assim a divisão de área de trabalho de cada casta. Os hindus acreditam em um deus chamado Brahma, que, para eles, seria o deus da criação. Por meio dele, formaram-se as quatro castas principais que compõem cada parte de seu corpo. São elas: *Brâmanes*, que são sacerdotes e pessoas letradas e intelectuais, a posição mais alta das castas que veio da cabeça de Brahma; *Xátrias*, que são os guerreiros e governantes, vieram dos braços de Brahma; *Vaixás*, que são

comerciantes e artesãos, vieram das coxas de Brahma; *Sudras*, que é a casta de serviçais e trabalhadores braçais, representam os pés de Brahma (PASSARINHO, 2017).

Essas quatro principais e mais conhecidas castas não são as únicas, existindo também mais de seis mil subcastas que variam de região para região, porém, abaixo de todas elas, ainda existem os dalits, que são responsáveis pelos serviços mais desprezados da sociedade indiana pelo fato de serem considerados os que vieram da poeira debaixo dos pés de Brahma. Os dalits também foram denominados como os intocáveis e, dessa forma, são marginalizados pelas outras castas, pois, na crença hindu, são vistos como pessoas que tornam impuro tudo que tocam. Sendo assim, são menosprezados pelos demais, o que os deixam vulneráveis a sofrer inúmeras violências e injustiças (FERNANDES, 2021).

Além da teoria religiosa, existe outra possível origem do surgimento das castas, a teoria biológica. A teoria biológica usa critérios como a aparência física para denominar a classe social, sendo esse método usado pelos arianos ao chegarem à Índia e se depararem com pessoas de pele mais escura que a sua; dessa forma, surge o significado da palavra Varna, que corresponde a “cor” e, por meio da Varna, seriam feitas as divisões de castas (SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2019, 2019, p. 11).

O sistema de castas baseado na organização ariana é descrito nos registros literários encontrados na cultura indo-ariana, que são classificados em uma ordem organizacional nomeada por *Varna Vyavastha*. De acordo com essa ordem, existem três grupos. São eles: os *Rajayanas* (que depois se tornariam os *Xátrias*), tinham função de guerreiros; os *Brâmanes*, que obtinham funções de sacerdotes; além de líderes religiosos, eram líderes da sociedade; os *Vaixás*, que exerciam funções no artesanato e na agricultura (SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2019, p. 11).

Considerando que a divisão social dos arianos determinava o status do indivíduo na sociedade por sua cor, os nativos indianos eram inferiorizados por possuírem pele escura em comparação com os viajantes arianos. Em decorrência desse sistema, os nativos passaram a servir e a se submeterem às regras arianas criadas pelos próprios arianos para terem todo o privilégio e autoridade, ocupando dessa forma as melhores posições, tanto nas áreas religiosas, quanto nas financeiras e militares (SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2019, p. 11).

Contudo, diante de toda opressão da divisão de castas causada na sociedade indiana, por meio da teoria de origem religiosa ou da biológica, essa forma de organização social ainda foi intensificada pelas políticas britânicas, durante o processo de divisão do governo. Dessa maneira, as castas ganharam mais força na política de divisão, que consistiam em três características: especialização hereditária, hierarquia sagrada e repulsa mútua. Portanto, tendo em vista esses fatos, torna-se notória a existência da influência britânica no que hoje é o sistema de castas indiano (SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 2019, p. 12).

Além de todo desamparo e injustiças sofridas pelos dalits, outro agravante é a perseguição e as atrocidades cometidas contra as mulheres dalits pelo simples fato de serem mulheres. É importante destacar também a crueldade imposta às dalits, por se tratarem de uma população ainda mais discriminada e esquecida em decorrência de sua posição em ser dalit, consideradas intocáveis. Por esse motivo, existe a falta de

acolhimento e auxílio, uma violência causada pela desigualdade de gênero e somada à discriminação de casta. A opressão e a segregação imposta às dalits afetam suas vidas de maneira devastadora, desde a falta de punição contra os agressores, por desinteresse das autoridades em proteger dalits, até a exclusão dentro do próprio meio feminino, quando menosprezadas pelas mulheres de castas superiores, devido ao preconceito enraizado no sistema de castas.

3 GOVERNO INDIANO EM RELAÇÃO ÀS DALITS

3.1 DIREITO

A primeira constituição da República da Índia foi publicada dois anos após sua independência, em janeiro de 1950, tendo como principais criadores o jurista Babasaheb Ambedkar e Mahatma Gandhi, principal mobilizador dos protestos de independência contra os ingleses, bem como movimentos emancipatórios do país. Nesse sentido, a colaboração do Dr. Ambedkar foi essencial para que os direitos dos “Intocáveis” e das mulheres fossem previstos no código constitucional indiano (GIOVANAZ, 2020). Assim sendo, a população indiana ainda se vê comandada pela primeira carta constitucional de 1950; as emendas constitucionais são elaboradas para que pequenos detalhes sejam modificados, porém sua essência segue inalterada. Mas será que as leis, no que tange às dalits, possuem aplicabilidade na Índia?

Os assuntos relacionados à “Intocabilidade” e preconceito de casta ainda não possuíam nenhum debate ou resolução aparente antes de 1950. Após a elaboração da carta magna indiana, o Dr. Ambedkar chamou a atenção para a importância de resguardar e proteger a casta dalit, sobretudo as mulheres dalits, tendo grande contribuição nos artigos referentes à *Scheduled Caste* (SCs), como a casta dalit é nomeada na Constituição da Índia (COI). Para o direito do país, a casta dalit não é considerada uma “minoría”, tampouco um povo indígena ou tribo, sua conceituação é individual e se conceitua como uma casta programada (WAUGHROY, 2010, p. 3)

Na supracitada carta, elucida-se a abolição da intocabilidade, no artigo 17, dos direitos fundamentais, sob punição determinada por lei. Além disso, o artigo 15 prevê a proibição à discriminação por religião, raça, casta, sexo ou região de nascimento, como forma de prevenir atos preconceituosos (COI, 2020). No entanto, desde a época de sua criação até os dias atuais, podemos perceber a in(efetividade) dessas leis, sobretudo no que tange às leis aplicadas às dalits, que são vítimas decorrentes de práticas discriminatórias, violência de gênero e sexual, estereotipação, preconceito, entre outros absurdos permitidos pelo governo (WAUGHROY, 2010, p. 13).

Além disso, a COI prevê ações afirmativas, isto é, políticas de cotas para povos desfavorecidos do país. Para a distribuição dessas cotas, Waughroy (2010) afirma que o direito indiano separa estes grupos em três: os dalits (SCs), as tribos programadas (STs) e outras populações desprotegidas (OBSs). As referidas cotas facilitam o acesso destes grupos a postos de emprego público e ensino superior, enfatizando o cumprimento do artigo 46 das políticas estatais, em que se estabelecem os direitos à educação e emprego aos dalits (SCs), STs e outros (COI, 2020). Entretanto, existem ainda minorias dentro da comunidade dalit (que não se encaixam no grupo SCs), que acabam sendo ignorados por

estas leis: são os dalits de religião muçumana e cristã. Estes, por sua vez, são isentos dos direitos a cotas destinadas aos dalits (SCs) por motivos unicamente religiosos. Assim, são deixados à deriva pelo sistema político indiano, que deseja afastar e enfraquecer a religião muçumana, que predomina em seu adversário político (o Paquistão).

O código indiano possui ainda vários outros artigos destinados às *Scheduled castes*. Dentre eles, os artigos 330 e 332 estabelecem que as castas programadas (dalits) possuem o direito à reserva de assento na “*House of people*” e em assembleias legislativas do Estado. Ademais, os direitos à representação, dirigida pela Comissão Nacional para as castas programadas (SCs), são garantidos no artigo 338.2 da COI. Enquanto o artigo 24 define o conceito de “Castas programadas”, o direito ao bem-estar destas é estabelecido no artigo 27. Além disso, o artigo 267 prevê a proibição à transferência de certas terras pertencentes às SCs e STs, o que resguarda, sobretudo, as terras rurais pertencentes às dalits (COI, 2020).

Sob esse viés, é possível perceber que a lei indiana possui muitas brechas que resultam na inaplicabilidade de algumas leis. Por exemplo, o preconceito de casta e as práticas discriminatórias ligadas à intocabilidade são proibidos por a lei, porém são comumente exercidas no cenário real indiano. Muitas dalits da zona rural veem suas terras serem tomadas ou comandadas por homens de castas superiores, isto nos mostra mais uma vez a ineficiência da lei e sua falta de fiscalização. Neste ínterim, percebemos que a falta de interesse e monitoramento das classes políticas desencadeiam no mal funcionamento das leis da COI, fator que agrava a violação dos direitos civis, fundamentais e humanos das dalits.

Por conseguinte, no que tange à incorporação dos direitos das dalits ao direito internacional, pode-se afirmar que o processo fora lento e problemático. Destarte, até os anos 90, a “discriminação de casta” não se encaixava nas normas do direito internacional voltadas à “discriminação”, dado que se referiam a qualquer discriminação e preconceito efetuado contra grupos étnicos, raciais, religiosos, de cor, descendentes ou de local de nascimento, o que não inseria os dalits como grupo minoritário em nenhum desses aspectos. Além disso, em 1965, a convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial (CERD) protegia vários grupos minoritários, exceto as “Intocáveis” (WAUGHROY, 2010, p. 9).

Ademais, o preconceito de casta na Índia e no mundo não era considerado uma problemática pertencente aos direitos humanos. Na verdade, as dalits não possuíam direito algum perante o direito internacional e as organizações internacionais daquela época. Assim, somente na década de 90, o CERD considerou a “discriminação de casta” como uma forma de discriminação racial e admitiu, assim, que essa pauta fosse acrescentada à convenção. Entretanto, é no ano de 1996 que a “intocabilidade” foi considerada um problema de direitos humanos pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU. Dessa maneira, foi a partir desse ocorrido que recursos destinados exclusivamente às dalits começaram a ser oferecidos a elas, como a representação de seus direitos através do Comitê sobre Eliminação da Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e do *The International dalit Solidarity Network* (IDSN), entre outros (CLIFFORD, 2007, p.169).

3.2 VIOLÊNCIA

Quando entendemos a situação de mulheres indianas vítimas da desigualdade de gênero na Índia e conseqüentemente alvo de diferentes tipos de violência, passamos então a refletir sobre as condições das dalits nesse cenário. Ao considerarmos que a violência contra a mulher dalit possui motivações ainda mais intensificadas e enraizadas que vão além da discriminação de gênero, uma vez que ocorre também o preconceito de casta, surgem os seguintes questionamentos: quais são os maiores obstáculos que elas enfrentam? Como lidam com essas adversidades?

Para analisarmos melhor como vivem essas mulheres, é importante destacar que as dalits fazem parte, segundo Manghirmalani (2021), de 2% da população mundial, sendo dessa forma o maior grupo do mundo vivendo em situação de segregação. Sob esse viés, o número de mulheres dalits é mais de 153 mil pessoas. Devido à exclusão imposta pelo sistema de casta, essas mulheres estão sujeitas a discriminações por pessoas de variadas castas; também sofrem violência e desamparo por parte de homens dalits, algo que agrava ainda mais o problema (MANGHIRMALANI, 2021).

Comprovando essa triste realidade das dalits, destacamos como exemplo um crime hediondo que ocorreu em Hatras, Uttar Pradesh em 2020, em que uma mulher dalit de 19 anos foi estuprada e morta por homens de casta superior. Após o crime, as autoridades pouco se mobilizaram para resolver o caso e punir os criminosos. Outro fato preocupante seria de que, além da pouca relevância dada ao caso, existem ainda as insinuações advindas da polícia e igualmente da mídia (ambas oriundas de castas superiores) questionando se o caso realmente teria vínculo com violência sexual e se tão pouco correspondia à casta (BISWAS, 2020).

Dessa forma, é possível notar a forte influência de pessoas de alto poder aquisitivo fazendo uso de suas posições na sociedade para desproteger vítimas dalits assegurando assim seus interesses e negando as verdadeiras causas do acontecimento do crime. Dessa maneira, o Estado passa a adquirir uma imagem de condescendente com os criminosos e o crime cometido, em contrapartida o posicionamento desse Estado causa revolta e indignação nas populações de castas menos favorecidas e principalmente às dalits (BISWAS, 2020).

Estudos apresentados por Biswas (2021), correspondente da BBC NEWS na Índia, mostram que, de 500 mulheres dalits de quatro Estados, 54% disseram que sofreram agressões físicas; 46% foram vítimas de assédio sexual; 43% relataram ter sofrido violência doméstica; 23% foram alvo de estupro e 62% vivenciaram abuso verbal. De acordo com dados oficiais, o Estado que lidera com o maior número de crimes de violência contra as dalits é o de Uttar Pradesh, seguido pelos Estados de Bihar e Rajasthan, que, juntos, tornam-se os três com maiores índices de delitos cometidos e com mais da metade dos casos de crueldades contra dalits (BISWAS, 2020).

Apesar de a violência e as discriminações sofridas pelas dalits serem problemas que merecem atenção e um urgente combate, existem ainda outras problemáticas que estão inseridas na realidade dessas mulheres, como a falta de acesso à educação e as dificuldades econômicas. Quando abordamos esses dois elementos fundamentais, podemos concluir que as dalits são facilmente vítimas mais vulneráveis, por ausência de formação educacional, sendo inclusive impossibilitadas de saberem seus direitos. Por

fim, existe ainda a falta de recursos econômicos e de empregos e, como consequência, muitas se submetem à prostituição (MANGHIRMALANI, 2021).

Mesmo em meio a diversas dificuldades e atrocidades pelas quais passam, as dalits têm mostrado que existem maneiras de ultrapassar esses obstáculos, para adquirir espaço na sociedade indiana e combater a violência e o preconceito, através de algumas iniciativas ao longo dos anos. Fatores que mostram o avanço da mobilização das dalits são movimentos anticasta e anti-intocáveis, tendo seu início por volta de 1920, anos depois participaram de movimentos não brâmane com temas importantes referentes a dote, casamento infantil e viuvez forçada (MANGHIRMALANI, 2021).

Outras importantes conquistas foram o reconhecimento de pautas relacionadas à casta nas décadas de 1980 e 1990, pois, antes, o feminismo indiano não reconhecia o problema. Ainda é possível citar a presença de mulheres dalits em congressos políticos e no envio de representantes na Conferência Mundial Contra o Racismo nos anos de 1993 e 2001 (MANGHIRMALANI, 2021).

As dalits, como mencionado antes, enfrentam perseguições não apenas por serem mulheres, como as de indianas de outras castas, mas também por estarem na base da pirâmide social da Índia. Dessa maneira, sua luta é dedicada às mulheres de classes baixas que merecem os mesmos direitos das outras castas, mas que, no entanto, são negados a elas. Contudo, encontraram diferentes formas de serem ouvidas, desafiando assim o sistema de castas, combatendo a violência e, por fim, tornando-se, juntas, um símbolo de união e resistência.

4 AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

A importância da agricultura na vida da população rural indiana, em especial das dalits, é bastante evidente, visto que contribui para 19% do PIB da Índia (MATHUR, 2017). Para começar, o estereótipo econômico próspero que nos é passado da Índia, muitas vezes, esconde uma realidade de desigualdade salarial e social, acentuado pelo sistema de castas presente no país, fator que influencia principalmente a desigualdade de gênero entre homens e mulheres. Dessa maneira, a alternativa mais comum para a geração de renda entre famílias indianas é a agricultura, uma vez que emprega 41,49% da população indiana em atividade (ECONOMIA..., 2021).

Nesse sentido, diferentemente da agricultura convencional, que, segundo Costa (2018), é uma prática agrícola que se utiliza de produtos químicos e atividades insustentáveis (maléficos à natureza), a agricultura sustentável propõe novos métodos para que a agricultura contribua para a preservação do meio ambiente. Nesse sentido, Allen (1991) faz uma clara explanação no que se refere à definição de agricultura sustentável: “Uma agricultura sustentável é aquela que faz o balanço equilibrado entre interesses ambientais, viabilidade econômica e justiça social entre todos os setores da sociedade” (ALLEN, 1991, *apud* COSTA, 2018, p. 70).

Isto é, a agricultura sustentável é aquela que, em sua operação, estabelece uma relação recíproca entre os benefícios da produção da agricultura e os benefícios oferecidos ao meio ambiente. Assim, esse tipo de atividade reduz o uso de recursos não renováveis e utiliza-se racionalmente dos recursos renováveis. Além disso, minimiza perdas, aprimora o retorno reciclável e de nutrientes, utiliza-se melhor da paisagem,

entre outros. Ademais, incentiva a produção local com uso de recursos naturais, a fim de produzir efeitos sociais, econômicos e ambientais às comunidades que a praticam (COSTA, 2018, p. 69).

Dessa maneira, buscando diminuir a vulnerabilidade das “Scheduled Castes”, o Estado indiano financia o *Mahatma Gandhi National Rural Employment Guarantee Act* (MGNREGA). Trata-se de uma lei criada em 2005, a fim de assegurar que as famílias rurais tenham oportunidade de emprego, oferecendo 100 dias de trabalho aos camponeses do país. Neste projeto, a agricultura sustentável é praticada, a fim de diminuir a pobreza de mulheres e homens do meio rural, além de acelerar a igualdade de gênero nessa prática.

Entre os benefícios proporcionados pelo projeto, está a igualdade salarial entre ambos os gêneros e um alto índice de empregabilidade feminina que este pode oferecer. Com base no capítulo 5 do projeto, há o incentivo para que as mulheres participantes façam escolhas independentemente de seus maridos e qualifiquem-se para controlar melhor os recursos do campo onde vivem (DESAI; VASHISHTHA; JOSHI, 2015).

Portanto, é evidente que as práticas da agricultura sustentável, incentivadas não só por ONGs, mas por projetos de lei do governo indiano (como o MGNREGA), surgem como respostas positivas às necessidades e às vulnerabilidades tanto das dalits, quanto do meio ambiente nos territórios indianos. Nesse viés, benefícios como a elevação das reservas de água subterrâneas e superficiais, possibilidade de utilização de água potável, disponibilidade da água para o gado e para os camponeses, diminuição na erosão do solo, além de vários outros benefícios sustentáveis, econômicos e sociais, são observados através da agricultura sustentável implantada nas zonas rurais da Índia. (ENVIRONMENTAL..., 2013).

4.1 O ESPERANÇOSO EMPODERAMENTO DAS DALITS

Mesmo com a dissonância dos direitos agrícolas entre homens e mulheres, as dalits que conseguem trabalhar no campo resguardadas por grupos, projetos de lei ou ONGs, encontram na agricultura sustentável uma válvula de escape para amenizar os efeitos da pobreza e da vulnerabilidade, produzindo renda para seus lares por meio de práticas agrícolas conscientes. Segundo Simas (2014), mais de 80% das mulheres que vivem na zona rural da Índia são agricultoras, fazendo parte de quase todo o processo agrícola e deixando as atividades comerciais do ramo para os homens. Em contrapartida, infelizmente as mulheres agricultoras não são legalmente reconhecidas pelos seus trabalhos no campo, assim, apenas é dada a elas a nomenclatura de “Trabalhadoras agrícolas” (SIMAS, 2014).

Dessa maneira, ao contrário do que a lei à proibição da intocabilidade prevê (art. 17), as mulheres agricultoras dessa casta são as mais prejudicadas desse sistema hierárquico. Na ausência de projetos como estes, as dalits continuariam a ganhar salários visivelmente mais baixos que os agricultores do sexo oposto, além disso não teriam o poder de barganhar preços ou pagamentos que realmente valem o trabalho exercido por elas. Além disso, poucas possuíam terras agrícolas, ou, quando possuísem, seriam pequenas propriedades (DASTIDAR, 2021).

Entretanto, são grupos como o *Tamil Nadu Women's Collective* que fazem a diferença na vida de comunidades carentes indianas, principalmente na das dalits. O mencionado coletivo foi criado em 1994, com o objetivo de fazer crescer a autossuficiência de mulheres agricultoras de zona rural, através de práticas agrícolas ecológicas e fazendas coletivas na região de Tamil Nadu na Índia. O programa auxilia quase 900 mulheres e vem contribuindo para a geração de renda das dalits de 84 aldeias da região da referida cidade (SIMAS, 2014).

Além de auxiliar e resguardar as fazendeiras do campo indiano, o mencionado coletivo foi responsável por levar as problemáticas vividas por essas mulheres ao Fórum de Mecanismo da Sociedade Civil do Comitê da ONU sobre Segurança Alimentar Mundial, em 2013, em que foram exigidos: direitos, recursos públicos agrícolas, salários mínimos, segurança no ambiente de trabalho e representações femininas, fatores promissores para a melhoria de vida das camponesas (RURAL..., 2018). Outro fator bastante animador é a iniciativa do referido projeto na criação de fazendas coletivas para mulheres, em que solteiras, viúvas ou casadas compartilham pedaços de terras entre elas para o cultivo familiar, tendo resultados bastante proveitosos nas colheitas. Assim sendo, é possível observar que projetos como esses geram mudanças de esperança na vida das dalits (SIMAS, 2014).

Instigados por essas problemáticas, a Organização das Nações Unidas se destina não só a validar os direitos humanos fundamentais (elucidados na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948), como também a cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) da Agenda 2030 da ONU. São alguns deles: igualdade de gênero, combate às alterações climáticas, fome zero, redução das desigualdades, entre outros. Mas de que forma a ONU auxilia as dalits? A ONU busca, por meio de projetos agroecológicos, melhorar a renda familiar, diminuir a vulnerabilidade, incentivar e valorizar o empreendedorismo, experiências, conhecimentos femininos, além de contribuir para a amenização das alterações climáticas por meio de práticas sustentáveis.

Nesse sentido, o projeto *Other Effective Area-Based Conservation Measures (OECMs)* foi fundado pelo programa de desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), juntamente com o ministério do meio ambiente/florestas e o ministério da mudança climática, ambos membros do governo indiano. O programa foi implementado no nordeste do país e tem o intuito de promover práticas de conservação do meio ambiente, assim como a boa governança dos recursos naturais e a recuperação de áreas não verdes dessa região da Índia, após a pandemia do COVID-19 (PNUD, s/d).

Porém, como o projeto auxilia as mulheres? As mulheres e jovens integrantes do programa participam ativamente das práticas de preservação, que as instruem a conservar a biodiversidade das áreas indianas (ricas em fauna e flora), além de capacitá-las a lidar com a vulnerabilidade climática de onde vivem. Esse fator, portanto, é capaz de estabilizá-las econômica e socialmente. Desse modo, busca-se diminuir a probabilidade da instabilidade econômica (causada pelas mudanças climáticas), manter a segurança, a renda e a independência, dando poder de ação e voz às mulheres envolvidas no projeto (PNUD, s/d).

Similarmente, o *Sustainable livelihood and biodiversity conservation through multi-use management in Anchnad and adjoining landscapes*, antigo HRML, é outro projeto do

PNUD (ONU), que possui apoio do governo indiano e do *Global Environment Facility*. Desenvolvido no sul da Índia no distrito de Kerala, desde 2014 o projeto vem contribuindo para a governança consciente dos recursos naturais do campo. Ademais, capacita as comunidades locais da região a administrarem o meio ambiente de forma a promover a segurança ecológica dos campos. Mas quais benefícios eram oferecidos? Qual seu papel na melhoria de vida das dalits?

Através do *Haritha Keralam Mission* (administrador local do programa), o projeto realiza as atividades executadas pelos integrantes. São elas: conservação florestal, gerência sustentável dos recursos naturais da floresta e das paisagens, agricultura tradicional orgânica de plantas nativas (principalmente o chá) e restauração de áreas degradadas. No entanto, respondendo à pergunta acima, os benefícios trazidos aos habitantes do local financiado pelo projeto são inúmeros; entre eles estão o apoio à subsistência familiar, o aumento da renda dos moradores e a diminuição do risco de vulnerabilidade ambiental por desastres ambientais (STARTUP MISSION, s/d). Além desses benefícios, segundo o PNUD (s/d) 100 mulheres indianas e jovens foram capacitadas para a utilização do empreendedorismo online e off-line, aumentando não só suas atividades voltadas para o turismo, mas também a independência/empreendedorismo feminino das participantes (PNUD, s/d).

É possível observar que os projetos da ONU desenvolvem um papel de extrema importância na preservação e proteção dos direitos humanos das dalits, que são vítimas constantes das violações destes. Além disso, percebemos que as práticas desenvolvidas pelos projetos do PNUD e do governo indiano diminuem a pobreza, a fome e a dependência das mulheres, levando ao progresso no cumprimento dos ODSs da Agenda 2030. Em suma, é através dos resultados observados que podemos concluir que as políticas promotoras de práticas agrícolas sustentáveis geram diferenças positivas e significativas tanto na vida das mulheres indianas (incluindo as mulheres dalits), quanto na proteção e preservação do meio ambiente do país.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou relatar a influência da religião hindu e a forma como ela separa a sociedade indiana de acordo com a casta de cada indivíduo, causando consequentemente preconceito e atrocidades contra as dalits.

Nesse sentido, percebeu-se que, com o sistema de castas, a desigualdade de gênero é presente, que, por sua vez, tem como maiores prejudicadas as dalits, com difícil acesso à educação, trabalho digno e ausência de segurança.

As dalits na Índia vivem situações alarmantes. A violência é uma das mais graves, como a sexual, a doméstica, a agressão física e verbal. Através de lutas por transformações sociais, as dalits conquistaram melhorias, no entanto os avanços ainda são poucos tendo em vista que seus direitos constam nas leis.

Contudo, as dalits têm adquirido apoio de OIs e coletivos para enfrentamento da desigualdade social e de gênero por meio da agricultura sustentável. Dessa forma, é possível beneficiar não apenas as dalits como forma de sustento econômico, mas também a preservação do meio ambiente na utilização de alimentos naturais sem agredir a natureza.

Mesmo em meio a mudanças significativas em favor das dalits, como na agricultura sustentável, há muito a ser feito. Essas mudanças podem se expandir cada vez mais, tendo como propósito fundamental a melhoria de vida dessas mulheres e de suas famílias.

REFERÊNCIAS

- ALLEN, P.; VAN DUSEN, D.; LUNDY, J.; GLIESS-MAN, S. Integrating social, environmental, and economic issues in sustainable Agriculture. **American Journal of Alternative Agriculture**, v. 6, n. 1, p. 34-39, 1991.
- SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 10, 2019, João Pessoa. **A violação dos direitos humanos na Índia...**, João Pessoa: CCTA, 2019. 315 p.
- BISWAS, Soutik. As mulheres Dalits que lutam contra estupros, pobreza e preconceito na Índia. **BBC NEWS**, 7 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54457956>. Acesso em: 16 jul. 2021.
- CLIFFORD, Bob. Dalit Rights are Human Rights: Caste Discrimination, International Activism, and the Construction of a New Human Rights Issue. **Human Rights Quarterly**, 2007. Disponível em: <https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/hurq29&div=9&id=&page=>. Acesso em: 18 jul. 2021.
- CONSTITUTION OF INDIA. 2020. **LEGISLATIVE PARLAMENT**. Disponível em: <https://legislative.gov.in/constitution-of-india>. Acesso em: 11 de maio. 2021.
- COSTA, Ana Alexandra Vilela Marta Rio. Agricultura sustentável I: conceitos. **Revista de Ciências Agrárias**, 2018. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/rca/article/view/15872/13812>. Acesso em: 24 mar. 2021.
- DASTIDAR, Riddhi. **India's suffering female farmers have the most to lose**. 2021. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2021/04/13/indias-suffering-female-farmers-have-the-most-to-lose/>. Acesso em: 11 jun. 2021.
- DESAI, S. ; VASHISHTHA, P. ; JOSHI, O. Mahatma Gandhi National Rural Employment Guarantee Act: a catalyst for rural transformation. **New Delhi**: National Council of Applied Economic Research. 2015. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/ess/wpaper/id7259.html>. Acesso em: 09 jun. 2021.
- ECONOMIA da Índia. **SANTANDER TRADE MARKETS**, março 2021. Disponível em: <https://santandertrade.com/pt/portal/analise-os-mercados/india/economia>. Acesso em: 01 maio 2021.

ENVIRONMENTAL benefits and vulnerability reduction through Mahatma Gandhi NREGS: Synthesis Report. Ministry of Rural Development and GIZ, New Delhi.

INDIAN INSTITUTE OF SCIENCE, BANGALORE. 2013. Disponível em: <https://www.giz.de/en/downloads/giz2013-en-environmental-benefits-vulnerability-reduction-india.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2021.

FERNANDES, André. O sistema de castas na Índia. **Milione**, 2 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://milione.net/pt/o-sistema-de-castas-na-india/>. Acesso em: 27 mar. 2021.

GIOVANAZ, Daniel. Constituição da Índia completa 70 anos sem erradicar a violência do sistema de castas. **Brasil de Fato**, Nova Delhi, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/26/constituicao-da-india-completa-70-anos-sem-erradicar-a-violencia-do-sistema-de-castas>. Acesso em: 18 jul. 2021.

MANGHIRMALANI, Juily. A luta das mulheres na Índia. **Elástica**. 2021. Disponível em: <https://elastica.abril.com.br/especiais/mulheres-india-feminismo-dalits-castas/>. Acesso em: 09 de jun. 2021.

MATHUR, Hemendra. **Os desafios da agricultura na Índia**. 2017. Disponível em: <http://plantproject.com.br/novo/2017/10/os-desafios-da-agricultura-na-india/>. Acesso em: 01 maio 2021.

PASSARINHO, Nathalia. ‘Meus pais não sentam à mesa com minha esposa e filho’: o drama envolvendo casamentos entre castas na Ásia. **BBC**, 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41887342>. Acesso em: 27 mar. 2021.

PNUD. Sustainable Conservation Through Multiuse Management of Anchunad and Adjoining Landscape. **UNDP**. Disponível em: <https://www.in.undp.org/content/india/en/home/projects/sustainable-conservation-through-multiuse-management.html>. Acesso em: 26 jun. 2021.

PNUD. North East India Conservation Initiative (NEICI). **UNDP**. https://www.in.undp.org/content/india/en/home/projects/North_East_Conservative_Measure_Initiative.html. Acesso em: 26 jun. 2021.

PNUD. Programme Information. **UNDP**. Disponível em: <file:///C:/Users/Riana/AppData/Local/Temp/North%20East%20OECMs%20Initiative.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2021.

RURAL women speak out at UN food security plenary: ‘After a decade of celebrating International Rural Women’s Day we are still denied our rights’. **CSM**, 15 de out. 2018. Disponível em: <http://www.csm4cfs.org/rural-women-speak-un-food-security-plenary-decade-celebrating-international-rural-womens-day-still-denied-rights/>. Acesso em: 11 jun. 2021.

SIMAS, Lydia. Women farmers leading the way: the Tamil Nadu women's collective raises crops awareness in India. **GRI**. 05 de março de 2014. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/india/women-farmers-leading-way-tamil-nadu-womens-collective-raises-crops-awareness-india>. Acesso em: 31 mar. 2021.

STARTUP MISSION. **IHRML-UNDP PROJECT**. Disponível em: <http://haritham.kerala.gov.in/ihrml-undp-project-2/>. Acesso em: 26 de jun. 2021.

WAUGHRAY, Annapurna. Caste Discrimination and Minority Rights: The Case of India's Dalits. **International Journal on Minority and Group Rights**. 2010. Disponível em: https://brill.com/view/journals/ijgr/17/2/article-p327_7.xml. Acesso em: 18 jul. 2021.